

Atos Oficiais

CMDCA DE RIBEIRÃO PIRES

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE AS DOAÇÕES FINANCEIRAS ADVINDAS DO IMPOSTO DE RENDA DEVIDO FEITAS AO FUMDICAD POR PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS VINCULADAS A UM PROJETO ESPECÍFICO.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APROVOU EM REUNIÃO ORDINÁRIA DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022, A PRESENTE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE:

Artigo 1º - As pessoas físicas ou jurídicas que destinarem parte de seu imposto de renda para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente FMDCA desta cidade, poderão indicar uma entidade regularmente registrada e que tenha projeto aprovado, para captação de doações.

§1º Após pagamento de DARF os doadores, sejam de pessoa física ou jurídica, deverão enviar no email do CMDCA (cmdcarpires@yahoo.com) o valor doado e o nome da entidade para o qual deseja destinar tal valor.

Artigo 2º - A captação de recursos vinculados a uma entidade e/ou projeto será de responsabilidade da interessada e só poderá ser efetivada após aprovação prévia de seu projeto pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que emitirá ofício confirmando a aprovação e autorizando a captação vinculada;

§ 1º Para fins da presente resolução, os projetos poderão ser protocolados junto ao CMDCA, até o último dia do mês subsequente ao término da entrega das declarações de Imposto de Renda Pessoa Física e Jurídica.

§ 2º O período de um mês entre o encerramento da entrega e das declarações de Imposto de Renda e pagamentos devidos e a entrega dos projetos pelas entidades, será utilizado pelo colegiado para averiguação do montante arrecadado por cada instituição e depositado no FMDCA.

§ 3º As entidades devidamente cadastradas no CMDCA deverão apresentar Plano de Trabalho detalhando a utilização dos valores arrecadados por ela e que lhes serão destinados pelo colegiado.

§ 4º O custeio dos planos de trabalho deverão estar em conformidade com a Lei 13.019 de 31/07/2014.

§ 5º A entidade terá prazo até o dia 31 de janeiro do ano subsequente para entregar ao CMDCA a prestação de contas dos valores recebidos no ano anterior.

§ 6º Não sendo apresentado plano de aplicação/trabalho no prazo previsto no § 3º, os recursos do projeto serão desvinculados do mesmo e revertidos ao Fundo.

Artigo 3º - Captação de recurso já efetivada, depositada no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, em favor de entidade que não teve seu projeto aprovado previamente no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, será considerada como contribuição não vinculada, devendo os valores serem divididos igualmente entre as entidades que tiveram seus planos de trabalho aprovados pelo colegiado.

Artigo 4º - Das contribuições vinculadas efetivadas por pessoas físicas ou jurídicas será obrigatoriamente desvinculado um percentual de 20% (vinte por cento) do total, que integrará o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FUMDICAD sem vinculação, conforme Resolução 137/2010, artigo 13º e § 3º do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Ribeirão Pires, 01 de Novembro de 2022.

Bruno Gabriel Moura Polonio

Presidente do CMDCA
Gestão 2021/2023.